



RELATÓRIO DE VIAGEM

DADOS DO EVENTO

DATA DE INÍCIO	DATA DE TÉRMINO	NOME DO EVENTO	CIDADE/PAÍS
12 de junho de 2018	14 de junho de 2018	11ª Sessão da Conferência dos Estados Partes sobre a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência	Nova Iorque, Estados Unidos

RESUMO DO EVENTO

ENTIDADE ORGANIZADORA	PROCESSO	PARTICIPANTES
Organização das Nações Unidas (ONU)	016.063/2018-0	Sergio Caribé - Procurador do Ministério Público junto ao TCU Ricardo Broegaard Jonas – A UFC Leonardo Pereira – Nat. Especial - Assistente

JUSTIFICATIVA (RESUMO)

O Ministro Presidente, Raimundo Carreiro foi convidado pelo Ministro de Estado dos Direitos Humanos, Gustavo do Vale Rocha, através do Ofício-Circular - GAB.MDH nº 06/2018/ SEI/GAB.MDH/MDH, de 26/4/2018 para participar, como membro da delegação oficial brasileira, da "11ª Sessão da Conferência dos Estados Partes sobre a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência". O TCU designou o Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé e tendo em conta a relevância do evento foi autorizado a participação do A UFC Ricardo Broegaard Jonas, diretor de Cooperação Internacional da Serint. Em razão das condições de saúde do Procurador também foi autorizado a participação o servidor Leonardo Pereira, lotado no gabinete para prestar assistência pessoal, estando em conformidade com a Portaria-TCU 562/2017, art 5º §4.

RELATO

Reunião Preparatória:

Realizada no dia 11 de junho de 2018, a reunião foi conduzida pela equipe brasileira, que conta com os embaixadores Mauro Vieira e Frederico S. Duque Estrada Meyer como os principais representantes, e aconteceu na sede da Missão Brasileira junto à Organização das Nações Unidas (ONU).

Participaram da reunião os representantes do Brasil junto à ONU e os delegados brasileiros. A delegação brasileira conta com representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, organizações civis e do TCU.

Foram discutidos assuntos administrativos da condução do evento, que acontece entre os dias 12 e 14 de junho, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, e os principais eventos paralelos que contaram com a participação de membros da delegação.

Na 11ª Sessão da Conferência dos Estados Partes sobre a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência aconteceu pelo menos três eventos patrocinados por entidades internacionais com palestrantes brasileiros, além da

sessão paralela patrocinada pelo governo brasileiro: “Direitos da Pessoa com Deficiência – inovações legislativas e direito derivado”, que contou com palestras do secretário Executivo do Ministério dos Direitos Humanos, Engels Muniz, da ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Nancy Andrighi, do procurador do Ministério Público junto ao TCU Sergio Caribé, do promotor de Justiça da Paraíba Glauberto Bezerra, além de outros membros da delegação.

Sessões da Conferência

A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência entrou em vigor em maio de 2008, estipulando que os Estados partes se reunirão regularmente em conferência com o propósito de avaliar os desafios para a implementação da convenção, discutir estratégias e apresentar boas práticas.

O tema principal da conferência foi “Deixando ninguém para trás através da implementação completa da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”. O evento foi dividido em três subtemas: “Espaço fiscal nacional, parcerias público-privadas e cooperação internacional”; “Mulheres e meninas com deficiência”; e “Participação política e reconhecimento igualitário perante a lei”. Ainda foi discutido o tema transversal “Promoção de estatística de alta qualidade sobre deficiência e desagregação de dados por status de deficiência para a plena realização dos direitos das pessoas com deficiência”.

A abertura da conferência foi presidida pelo Georgi Pasyotov, representante permanente da Bulgária e presidente da conferência e após a leitura da agenda e a organização dos trabalhos, passou-se à eleição de novos membros do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU.

Todos os Estados partes têm direito a voto e 23 candidatos foram inscritos para participar da eleição. Entre os candidatos estava a deputada Federal Mara Gabrilli do Estado de São Paulo, representando o Brasil. Em primeiro turno foram eleitos seis novos membros, representando Gana, Nigéria, Suíça, Lituânia, Austrália e Coreia. A deputada Mara passou para o segundo turno e foi eleita com o maior número de votos. Juntamente com ela foram eleitos representantes do México e Indonésia.

Durante todo o dia aconteceram mais de 23 eventos paralelos, com destaque para a apresentação do primeiro relatório regional da pessoa com deficiência pela Organização dos Estados Americanos (OEA), onde foram abordados levantamentos acerca de educação, saúde, emprego e acessibilidade; e para a participação brasileira no painel promovido pela Human Right Watch, onde o tema era melhores práticas para a transformação das instituições de cuidados comunitários.

O segundo dia da “Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência” teve como tema principal pela manhã: “Espaço fiscal nacional, parcerias público-privadas e cooperação internacional para o fortalecimento da implementação da Convenção”. O painel contou com a participação de especialistas do Japão, Argentina, Palestina e Alemanha.

Já no período da tarde, o tema central foi: “Mulheres e meninas com deficiência”, com um painel de debatedoras de seis entidades internacionais, além da representante do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos.

Em sua participação no painel “Direitos da Pessoa com Deficiência – inovações legislativas e direito derivado”, o procurador do Ministério Público junto ao TCU Sergio Caribé estimulou o papel do controle externo na promoção da acessibilidade, dando destaque ao art. 93 da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que trata da realização de inspeções e auditorias pelos órgãos de controles interno e externo.

Em seguida, o procurador destacou os avanços do TCU no levantamento de informações, dando ênfase ao desenvolvimento do painel informatizado sobre a inclusão da pessoa com deficiência que serve de ferramenta para o trabalho do auditor de controle externo, já que o painel traz de modo detalhado a população de pessoas que se declaram com algum tipo de deficiência, permitindo o cruzamento de dados a partir de diversos filtros de pesquisa. O procurador também destacou a criação e a instalação da Comissão de Acessibilidade do TCU (Resolução TCU 283/2016) – órgão colegiado de caráter permanente com a finalidade de orientar e acompanhar a implementação da Política de Acessibilidade do TCU; e a celebração de acordo de cooperação técnica em acessibilidade entre Tribunal de Contas da União, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Por fim, o Procurador relatou o lançamento do selo de acessibilidade do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) em evento promovido no TCU; além de ações de treinamento, conscientização e sensibilização que ocorrem na Corte de Contas.

Logo após o painel, aconteceu a assinatura de acordo de cooperação para tratar de aspectos relacionados à pessoa com deficiência, entre representantes do Brasil e da República Dominicana.

Entre os 25 eventos paralelos que aconteceram no segundo dia, destaca-se o painel organizado pela Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos. O painel “Direito das Pessoas com Deficiência: Inovações Legais e Direito Derivado” contou com palestra do secretário Executivo do

Ministério dos Direitos Humanos, Engels Augusto Muniz; de Mara Gabrielli, deputada Federal e agora membro pelos próximos dois anos do Comitê sobre os direitos das pessoas com deficiência; da ministra do STJ, Nancy Andrighi; do procurador do Ministério Público junto ao TCU, Sergio Caribé; de Francisco Glauberto Bezerra, promotor do Estado da Paraíba; Alicia Loza, vice-presidente do Ceddis/OEA; e do assessor Especial da Presidência da República, Bruno Leal.

O terceiro e último dia da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência abordou assuntos relacionados com a implementação de convenção, mais precisamente com a participação política e o reconhecimento igual perante a lei, que aconteceu pela manhã; e diálogo interativo sobre a implementação da Convenção nos Estados Partes com o sistema das Nações Unidas e outras partes interessadas, que aconteceu no período da tarde.

Também aconteceram 20 eventos paralelos, com destaque para o evento copatrocinado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e órgãos do governo brasileiro, com a participação de palestrantes do Ministério Público do Trabalho, da Escola Nacional da Administração Pública (ENAP), da OIT e de organizações da sociedade civil. O evento teve como tema "Uma experiência tripartida na promoção do trabalho decente para pessoas com deficiência".

A conferência foi encerrada com declarações dos quatro vice-presidentes da Conferência (Alemanha, Sri Lanka, Equador e Tunísia) e do representante permanente da Bulgária na ONU e presidente da Conferência, Georgi Panayotov.

ENCAMINHAMENTOS POSSÍVEIS, NO ÂMBITO DO TCU, DECORRENTES DESTA AÇÃO

Avaliar a oportunidade de estreitamento de interações com os diversos atores estratégicos de outros países que participam da Conferência, inclusive a Organização das Nações Unidas (ONU), a fim de apoiar a promoção de medidas que viabilizem à pessoa com deficiência viver de forma autônoma e participar plenamente de todos aspectos da vida principalmente no âmbito do acesso aos serviços públicos, onde o papel de controle das Entidades Fiscalizadoras Superiores é fundamental.